

PROJETO DE LEI Nº 109 DE 21 DE maio



APROVADO PRELIMINARMENTE  
À PUBLICAÇÃO E, POSTERIORMENTE,  
À COMISSÃO DE CONCT. JUSTIÇA  
E REDAÇÃO  
EM 10/03/2018  
*[Handwritten Signature]*  
1º Secretário

Revoga a Lei nº 16.993, de 10 de maio de 2010, que dispõe sobre a proibição do uso de telefone celular na sala de aula das escolas da rede pública estadual de ensino.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, nos termos do art. 10 da Constituição Estadual, decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica revogada a Lei nº 16.993, de 10 de maio de 2010, que dispõe sobre a proibição do uso de telefone celular na sala de aula das escolas da rede pública estadual de ensino.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS SESSÕES, em                      de                      de 2018.

*[Handwritten Signature]*  
JEAN CARLO  
Deputado Estadual



## JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei objetiva revogar a Lei nº 16.993, de 10 de maio de 2010, que dispõe sobre a proibição do uso de telefone celular na sala de aula das escolas da rede pública estadual de ensino.

Esta lei se mostra anacrônica, pois o uso dos smartphones é uma poderosa ferramenta de auxílio aos estudos, sendo possível a utilização de aplicativos de educação.

Além disso, trata-se de instrumento que permite o acesso à informação em qualquer lugar que se esteja, sendo útil na realização de pesquisas e trabalhos a serem realizados pelos alunos.

Também, a revogação fortalece a autoridade do professor, que poderá disciplinar como será o uso do telefone celular dentro da sala. Assim, a cada atividade, ou momento, será possível delimitar o uso do aparelho.

Dessa maneira, somente nos casos em que haja o uso indevido é que o celular poderá ser proibido, sempre pelo professor, conforme a sua autonomia dentro da sala de aula.

Por essa razão é justificável a revogação dessa lei que proíbe o uso de celulares em sala de aula.

Portanto, trata-se de matéria oportuna e que merece o apoio dos ilustres Pares.



**ASSEMBLEIA  
LEGISLATIVA**  
**ESTADO DE GOIÁS**  
**A CASA DO POVO**

PROCESSO LEGISLATIVO

**Nº 2018001121**

Data Autuação: 21/03/2018

**Projeto :** 109-AL  
**Origem:** ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - GO  
**Autor:** DEP. JEAN CARLO  
**Tipo:** PROJETO  
**Subtipo:** LEI ORDINÁRIA  
**Assunto:**



REVOGA A LEI Nº 16.993, DE 10 DE MAIO DE 2010, QUE DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DO USO DE TELEFONE CELULAR NA SALA DE AULA DAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE ENSINO.



2018001121

PROJETO DE LEI Nº 109 DE 21 DE maio



APROVADO PRELIMINARMENTE  
À PUBLICAÇÃO E, POSTERIORMENTE,  
À COMISSÃO DE CONSTIT. JUSTIÇA  
E REDAÇÃO  
EM 23/03/2018  
1º Secretário

Revoga a Lei nº 16.993, de 10 de maio de 2010, que dispõe sobre a proibição do uso de telefone celular na sala de aula das escolas da rede pública estadual de ensino.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, nos termos do art. 10 da Constituição Estadual, decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica revogada a Lei nº 16.993, de 10 de maio de 2010, que dispõe sobre a proibição do uso de telefone celular na sala de aula das escolas da rede pública estadual de ensino.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS SESSÕES, em                      de                      de 2018.

JEAN CARLO

Deputado Estadual



## JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei objetiva revogar a Lei nº 16.993, de 10 de maio de 2010, que dispõe sobre a proibição do uso de telefone celular na sala de aula das escolas da rede pública estadual de ensino.

Esta lei se mostra anacrônica, pois o uso dos smartphones é uma poderosa ferramenta de auxílio aos estudos, sendo possível a utilização de aplicativos de educação.

Além disso, trata-se de instrumento que permite o acesso à informação em qualquer lugar que se esteja, sendo útil na realização de pesquisas e trabalhos a serem realizados pelos alunos.

Também, a revogação fortalece a autoridade do professor, que poderá disciplinar como será o uso do telefone celular dentro da sala. Assim, a cada atividade, ou momento, será possível delimitar o uso do aparelho.

Dessa maneira, somente nos casos em que haja o uso indevido é que o celular poderá ser proibido, sempre pelo professor, conforme a sua autonomia dentro da sala de aula.

Por essa razão é justificável a revogação dessa lei que proíbe o uso de celulares em sala de aula.

Portanto, trata-se de matéria oportuna e que merece o apoio dos ilustres Pares.



**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO.**

Ao Sr. Dep. (s) Dimeyson de Vena

**PARA RELATAR**

Sala das Comissões Deputado Solon Amaral

Em 03 / 04 / 2018.

Presidente:

[Handwritten Signature]



PROCESSO N.º : 2018001121  
INTERESSADOS : DEPUTADO JEAN CARLO  
ASSUNTO : Revoga a Lei n.º 16.993, de 10 de maio de 2010, que dispõe sobre a proibição do uso de telefone celular na sala de aula das escolas da rede pública estadual de ensino.

## RELATÓRIO PRELIMINAR

Versam os autos sobre projeto de lei de autoria do ilustre Deputado Jean Carlo, dispondo sobre a revogação da Lei n.º 16.993, de 10 de maio de 2010, que proíbe do uso de telefone celular na sala de aula das escolas da rede pública estadual de ensino.

A proposição estabelece a revogação da Lei n.º 16.993, de 10 de maio de 2010, que proíbe o uso de telefone celular na sala de aula das escolas da rede pública estadual de ensino.

A justificativa menciona que a Lei n.º 16.993, de 2010, se mostra anacrônica, pois o uso dos smartphones é uma poderosa ferramenta de auxílio aos estudos, sendo possível a utilização de aplicativos de educação, tratando-se de instrumento que permite o acesso à informação em qualquer lugar que se esteja, sendo útil na realização de pesquisas e trabalhos a serem realizados pelos alunos.

Argumenta-se que somente nos casos em que haja o uso indevido é que o celular poderá ser proibido, sempre pelo professor, conforme a sua autonomia dentro da sala de aula.

Essa é a síntese da proposição em análise.

Analisando o presente projeto, constata-se que o mesmo trata de matéria pertinente à **educação e ao ensino**, a qual se insere no âmbito da competência legislativa concorrente, conforme art. 24, IX, da Constituição da



República, cabendo à União editar as normas gerais sobre o assunto e aos Estados membros reserva-se a competência supletiva e suplementar (CF, art. 24, §§ 2º e 3º).

Na prestação do serviço de educação, o Estado e as escolas particulares devem observar as diretrizes e bases da educação nacional fixadas pela União, por meio da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

No Estado de Goiás, por sua vez, foi editada, atendendo ao comando do § 3º do art. 156 da Constituição Estadual, a Lei Complementar n. 26, de 28 de dezembro de 1998, que estabelece as diretrizes e bases do Sistema Educativo do Estado de Goiás. O art. 14 da lei complementar goiana dispõe que compete ao Conselho Estadual de Educação emitir parecer sobre assuntos de natureza pedagógica e educacional que lhe forem submetidos pelo Governador do Estado, pelo Secretário da Educação, pela Assembleia Legislativa, ou pelas unidades escolares.

Com efeito, tendo em vista que o Conselho Estadual de Educação é órgão normativo, consultivo e fiscalizador do Sistema Estadual de Ensino (CE, art. 160), julgamos necessário ouvi-lo sobre a viabilidade da presente iniciativa.

Isto posto, somos pela **conversão desse processo em diligência** para colher o competente parecer do Conselho Estadual de Educação sobre a proposição em pauta. É o relatório preliminar.

SALA DAS COMISSÕES, em 03 de Abril de 2018.

  
Deputado SIMEYZON SILVEIRA  
Relator



**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação Aprova o parecer do Relator **CONVERTENDO EM DILIGÊNCIA.**

Processo Nº 1129/18

Sala das Comissões Deputado Solon Amaral

Em 03 05 / 2018.

Presidente: